

Historicidade da ciência e da ética

Historicity of science and ethics
Historicidad de la ciencia y de la ética

Olinto Antonio Pegoraro*

RESUMO: Este artigo se insere no contexto de tempos de profundos questionamentos, sobretudo os que envolvem especialmente ciência, filosofia, teologia, ética, bioética e psicologia. O século XXI herdou do anterior muitas incertezas. Longe de ser uma herança maldita, é herança bem-vinda, porque começamos o novo milênio com a certeza de que não há certezas definitivas pela frente. O século passado libertou a ciência, a filosofia e a teologia dos dogmatismos e das doutrinas prontas desde séculos passados. Neste contexto, move-se este texto. O propósito é pensar a temporalidade como fundamento do pensamento crítico em filosofia, ciência, ética e religiões entre outros saberes. O que sabemos, em qualquer área, é relativo a uma época: é sempre, portanto, um saber provisório, em transição para uma formulação mais abrangente, convincente e explicativa. Assim são todas as especulações humanas no tempo. Na definição de Berthold Brecht, “a atividade científica consiste em demonstrar o caráter não-científico dos atuais enunciados científicos”. Esta é a ótica do presente artigo: a temporalidade e historicidade do saber humano. Enfim, soluções existem, mas são provisórias.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência - história. Filosofia - temporalidade. Ética.

ABSTRACT: This article is part of a context of deep questions, over all the ones that include specifically science, philosophy, theology, ethics, bioethics and psychology. The XXI century inherited many uncertainties from the previous one. Far from being a cursed inheritance, it is a welcome inheritance because we start the new millennium with the certainty that there are no definitive certainties. The last century freed science, philosophy and theology from dogmatism and ready doctrines coming from past centuries. This text aims to think about temporality as the ground of critical thought about philosophy, science, ethics and religions, among others. What we know in any area is time bound: it is always, therefore, a provisory knowledge, in transition to a more comprehensive, convincing and productive conception. Thus are all human speculations inside time. In Berthold Brecht's definition, “scientific activity consists in demonstrating the non-scientific character of current scientific statements”. This is the perspective of the present article: human knowledge's temporality and historicity. In sum, there are solutions, but they are all provisory.

KEYWORDS: Science - history. Philosophy - temporality. Ethics.

RESUMEN: Este artículo es parte de un contexto de preguntas profundas, sobre todas las que incluyen específicamente la ciencia, la filosofía, la teología, la ética, la bioética y la psicología. El siglo veintiuno heredó muchas incertidumbres del anterior. Lejos de ser una herencia maldita, es una herencia agradable porque comenzamos el nuevo milenio con la certeza de que no hay certezas definitivas. El siglo pasado liberó la ciencia, la filosofía y la teología de los dogmatismos y de las doctrinas listas que venían de los últimos siglos. Este texto intenta pensar la temporalidad como la base del pensamiento crítico sobre la filosofía, la ciencia, la ética y las religiones, entre otros. Lo que sabemos en cualquier área es limitado por el tiempo: es siempre, por lo tanto, un conocimiento provisorio, en transición a un concepto más amplio, más convincente y más productivo. Así, están todas las especulaciones humanas dentro del tiempo. En la definición de Berthold Brecht, la “actividad científica consiste en la demostración del carácter no-científico de las actuales declaraciones científicas”. Ésta es la perspectiva de este artículo: la temporalidad y la historicidad del conocimiento humano. En suma, hay soluciones, pero son todas provisorias.

PALABRAS LLAVE: Ciencia - historia. Filosofía - temporalidad. Ética.

INTRODUÇÃO

Este artigo se insere no contexto de tempos de profundos questionamentos, sobretudo os que envolvem especialmente ciência, filosofia, teologia, ética, bioética e psicologia. O século XXI herdou do anterior muitas incertezas. Longe de ser uma herança maldita, é herança

bem-vinda, porque começamos o novo milênio com a certeza de que não há certezas definitivas pela frente. O século passado libertou a ciência, a filosofia e a teologia dos dogmatismos e das doutrinas prontas desde séculos passados. Neste contexto, move-se este texto. O propósito é pensar a temporalidade como fundamento do pensamento crítico em filosofia, ciência, ética e religiões entre

* Doutor em Filosofia. Pós-doutor pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica. Professor do Centro de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Comitê de Bioética da UERJ. E-mail: olintopegoraro@gmail.com

outros saberes. O que sabemos, em qualquer área, é relativo a uma época: é sempre, portanto, um saber provisório, em transição para uma formulação mais abrangente, convincente e explicativa. Assim são todas as especulações humanas no tempo. Na bela definição de Berthold Brecht, “a atividade científica consiste em demonstrar o caráter não-científico dos atuais enunciados científicos”. Esta é a ótica do presente artigo: a temporalidade e historicidade do saber humano. Enfim, soluções existem, mas são provisórias.

DESDOBRAMENTO

A ciência contemporânea ocupa o lugar que a metafísica e a teologia ocuparam nos séculos passados. A única ciência, no mundo antigo, era a metafísica, porque imaginava ter alcançado os supremos princípios estáveis das coisas; era o conhecimento mais radical da íntima constituição das coisas: a essência.

A era cristã aprofundou a teoria grega. A teologia acreditou ter feito plena luz, encontrado a verdade definitiva sobre o homem e sobre o mundo, que foram criados e são presididos pela Providência divina. Isso a ciência grega não tinha condições de saber. A “Cidade de Deus” de Santo Agostinho e a “Suma Teológica” de São Tomás de Aquino são a expressão máxima da aliança entre metafísica e teologia.

Atualmente, essa santa aliança foi substituída por outra: a aliança leiga entre a ciência e a tecnologia. O lugar da clarividência é ocupado pelo mundo científico, instalado acima da ética e das crenças religiosas. Alguns cientistas acreditam que a ciência chegará ao conhecimento total e definitivo de tudo e que outros saberes são apenas suposições. Esse entusiasmo hiperbólico tem alguma base, pois a ciência baseia-se em fatos comprovados e não em ideologias filosóficas ou teológicas.

Essa posição é correta no sentido que a ciência tem seus próprios princípios e métodos e não depende de outro saber para constituir-se. Mas a ciência, ao proclamar-se independente de qualquer princípio metafísico, ético ou religioso, não é independente de critérios de controle interno e externo. De fato, a pesquisa científica obedece a um regulamento, a um regimento ético, construído pelos próprios pesquisadores. Qual é esse regulamento? Em suas linhas básicas, consiste no seguinte: 1) a pesquisa segue uma metodologia de controle rigoroso; 2) o pesqui-

sador honesto apresenta os resultados, positivos ou adversos, a seus pares; 3) cabe à comunidade científica criticar ou adotar ou não os resultados; 4) a pesquisa tem por fim beneficiar a vida, especialmente a humana, promover o bem-estar, a saúde, o progresso e o desenvolvimento sustentável. Essa é a ética interna dos pesquisadores. Ela se completará na ética externa, pois o cientista e a pesquisa estão integrados em uma realidade mais ampla: a sociedade organizada.

É aqui, na finalidade da pesquisa científica, que intervém a reflexão externa, mais ampla, que a ética interna não comporta. A ética, por seu lado, é um saber filosófico, abstrato, que parte sempre do princípio sapiencial e teórico do bem. Esse princípio geral conjuga-se com um segundo, o bem para essa forma de vida, nessa situação de tempo, espaço e circunstâncias reais e históricas; o bem para essa situação ambiental castigada, deteriorada. Então, a ética trabalha sempre com dois princípios: da generalidade sapiencial e da particularidade circunstancial, objetivada, situada no mundo real e temporal.

Dessa maneira, a ética é sempre atual, renova-se, torna-se nova em cada situação; está sempre re-nascendo dos acontecimentos da vida, da ciência, da história e das situações que os homens vivem e constroem. É evidente que esse tipo de ética não é um conjunto de princípios e normas deduzidos de uma visão metafísica e aplicados ao mundo real; pelo contrário, ele nasce da síntese do princípio da generalidade com o da particularidade, à luz do que acontece com a vida, com o ambiente, e com a história humana.

Esse tipo de ética convive com qualquer avanço científico; é capaz de formar um juízo ético pertinente com a realidade do mundo, respeitando integralmente a liberdade de pesquisa científica, pois forma-se tendo em vista toda a realidade do tempo atual.

O juízo ético, porém, é apenas o juízo de um filósofo ou de uma corrente de pensadores, ainda sem incidência decisiva sobre os acontecimentos do mundo e dos homens. É apenas um modo de pensar eticamente os fatos. Dessa maneira, aos princípios da generalidade e da particularidade falta acrescentar um terceiro, que é a sociedade organizada em torno de leis sociopolíticas. Portanto, as leis da sociedade conferem consistência objetiva à ética interna, à pesquisa científica e à ética filosófica.

Concretamente, o legislador define o uso dos resultados científicos pela sociedade. A lei é, portanto, o momento da plenitude do juízo ético. Por exemplo, a ciência

revela as vantagens da pesquisa em células-tronco embrionárias; a lei determina as situações em que ela pode ser usada. A biotecnociência mostra a possibilidade da reprodução assistida; o legislador define os casos em que pode ser aplicada. Isto é, nem todo o resultado da pesquisa deve, obrigatoriamente, ser usado.

Em consequência, a pesquisa é absolutamente livre quando se guia pelos princípios éticos internos, mas a aplicação de seus resultados, o uso do produto científico, depende da legislação sociopolítica. A sociedade, em certo momento de sua cultura, pode resistir ao uso dos resultados científicos, por exemplo, da clonagem. Pode ser que, em outra situação histórica, venha a ser aceito. É isso que acontece na evolução da ética dos costumes, como veremos adiante.

A ÉTICA PRUDENCIAL

A esta concepção tripartita entre ciência, ética e legislação política, a filosofia contemporânea deu o nome de ética prudencial. É a ética da decisão equilibrada, madura, inspirada no antigo e sempre atual princípio aristotélico da “Ética a Nicomaco”. Para Aristóteles, não há regras éticas, doutrinas traçadas, uma vez por todas. A grande regra é a referência, o recurso ao “fronimos”, ao homem sábio, prudente, “experimentado nos negócios humanos”, diz o Estagirita no livro VI da ética. A experiência passada e vivida indica, de algum modo, o caminho ético a seguir. Em outras palavras, a experiência indica o “meio-termo” dos nossos comportamentos, a maneira equilibrada de decidir e de agir. O meio-termo virtuoso situa-se entre dois extremos viciosos. Exemplo clássico é a coragem, situada a meio caminho entre a covardia e a temeridade. Essa busca é a alma da “Ética a Nicomaco”, como ética do equilíbrio que os filósofos estoicos romanos traduziram pelo princípio: “nada em excesso” (*ne quid nimis*). O meio-termo equilibrado não é matemático, mas proporcional a cada pessoa. Aristóteles dá o exemplo da comida: se o atleta precisa de 4 porções e o cidadão comum, de duas, o meio-termo não é três. Isto é, o meio-termo é a média conveniente e adequada de cada pessoa, a cada um. Hoje, diríamos, assim como o dietista estabelece a proporcionalidade alimentar, o sábio define a medida da ação moral. Essa ideia fundamental que flexibiliza a ética segundo a condição humana perdeu-se e foi substituída pelos preceitos morais estabelecidos pela autoridade.

Uma aplicação dessa teoria foi feita, no ano passado, pelo Supremo Tribunal Federal, quando definiu as circunstâncias e situações nas quais a pesquisa com células-tronco embrionárias é legítima. É uma definição equilibrada, conveniente às condições culturais de nossa sociedade. Outras sociedades tomaram posições mais avançadas, e outras mantêm a proibição desse tipo de tecnociência. O juízo ético e legal baseia-se, portanto, na condição humana de cada comunidade política em dado momento de sua história.

A principal objeção a essa teoria ética é o perigo de cair no relativismo. Mas que é o relativismo senão um dogmatismo às avessas? É uma atitude radical segundo a qual nada é verdadeiro nem falso; nada é bom nem mau; para essa argumentação não há nenhum sentido na ética. Esse tipo de relativismo, na verdade, quer criticar a moral absoluta, abstrata, dada para sempre. Ora, desde muito tempo sabemos que não existem verdades e morais desse tipo. Pelo contrário, a fenomenologia trata da verdade e da moral situadas no tempo; a verdade e a eticidade são relativas às circunstâncias, situações e condições temporais. No limite dessas condições, a verdade e o princípio moral são, de fato, verdadeiros e éticos. Se no curso do tempo histórico nunca é possível captar “toda” a verdade e “toda” a moralidade, nós formamos uma verdade e uma moralidade segundo os elementos disponíveis na prática da vida e do saber.

OUTRO MODO DE APRESENTAR A TEORIA DA ÉTICA PRUDENCIAL

A teoria prudencial da ética pode ser apresentada de outro modo, como ética relacional, que se funda nas relações entre as pessoas. Imaginemos um triângulo. No primeiro ângulo está o *eu* que se relaciona com o segundo, onde está o *tu* (o outro). A ética é a relação eu-tu. A relação funda a existência e a convivência humanas. Todos começamos em uma relação biológica amorosa. A relação mãe-feto, dizem psicólogos e cientistas, é essencial na constituição da personalidade da criança, do jovem e do adulto. As relações familiares se alargam na escola, na vida social, profissional e política. Em uma palavra, a personalidade humana é um conjunto de relações sociais em vez de ser uma essência; são as relações que fazem, e constroem nossa existência. A ética consiste, portanto, nessas relações e não em um conjunto de normas e princípios.

Assim, a ética é e está sempre viva, renascendo em cada relação humana. A relação positiva entre pessoas é a base da ética. As relações negativas são antiéticas.

As relações éticas se consolidam nos hábitos pessoais, costumes coletivos, nas tradições seculares que a autoridade competente fixará em leis. Portanto, no terceiro ângulo está lei, que consolida os costumes. A constituição de um país é a fixação e o ordenamento das tradições, hábitos e costumes de um povo em um dado momento de sua história: é o manual ético de uma nação. Antes da lei, quando havia a selvageria, sobrevivia o mais forte e esperto.

Aqui aparece um conflito: enquanto as leis fixam os costumes, a vida dinâmica cria novos hábitos, e novos costumes aparecem, crescem e vão se impondo aos antigos. Por exemplo, o casamento era indissolúvel antigamente. Os costumes evoluíram e foi necessário que a lei abrangesse situações novas, em que o divórcio se tornasse legal. O mesmo se diga do aborto e da eutanásia, reprodução assistida e toda a gama de comportamentos pessoais e sociais.

Portanto, a lei envelhece e o costume cresce, diversifica-se. É necessário que a lei se renove, isto é, torne-se outra vez nova, atual adequada aos costumes atuais. Não se trata de destruir a lei, mas de “reformá-la”, dar-lhe nova forma. Como se faz isso? Retornando ao primeiro ângulo (eu) e ao segundo (tu), isto é, a renovação da lei se faz a partir dos novos costumes que nascem da relação viva eu-tu. Então, a ética relacional é um movimento vivo e triangular (eu-tu-nós-eu). É uma ética flexível tanto quanto a ética prudencial. Sirva de exemplo a lei que permite o aborto em dois casos apenas. O costume e a evolução científica mostram a necessidade de incluir na lei um terceiro caso: o da anencefalia.

PADRÃO ÉTICO PLANETÁRIO

Hoje, a ética não pode limitar-se às relações entre pessoas e às relações sociopolíticas dentro do mesmo país. Constantemente os cientistas anunciam novas descobertas e avanços tecnocientíficos desconhecidos desde milênios. Por exemplo, a biotecnologia é, de fato, uma revolução importante e anuncia melhorias da vida humana e da vida social; parece que a felicidade e o progresso sem fim estão ao alcance de nosso momento histórico mundial. A clonagem, os organismos geneticamente modificados, a reprodução assistida e a pesquisa com células-tronco acenam para a humanidade com uma longevidade saudável, só

imaginada pelas mitologia e livros de ficção que acenavam com a vida eterna aqui e agora. Em uma palavra, a ciência transgride constantemente os limites da natureza e revela segredos até hoje ocultos e atribuídos a forças divinas.

Por um lado, aplaudimos esses avanços; por outro, nos assustamos, perguntando: para onde nos leva a tecnociência? Em que resultará a contínua ultrapassagem dos limites da natureza? Essas perguntas sugerem a necessidade de uma instância política de regulamentação. Já que a tecnociência e biociência são planetárias, torna-se necessária uma política mundial que proponha às nações um padrão ético comum quanto ao uso dos resultados da pesquisa, sobretudo em relação aos seres humanos. Sente-se cada vez mais a importância da mundialização da ética e da política em relação à pesquisa científica. Por exemplo, hoje vivemos as consequências da exploração abusiva da natureza, devastada e poluída. Ademais, a história recente registra o funesto uso da ciência, subordinada à ideologia política dos estados nazistas e armamentistas (guerra fria). Esse tipo de uso do progresso científico demanda uma regulamentação mundial mais clara que as resoluções disponíveis. Os compromissos políticos avançam muito timidamente. Basta lembrar as controvérsias sobre o protocolo de Kioto.

Por outro lado, há o perigo da exigência de condições de segurança absolutas que garantam a pesquisa com “risco zero”. Como isso não existe, os riscos são controlados pela ciência conjugada com a ética e a legislação com estatuto democrático. Os cidadãos do mundo têm direito da informação sobre os avanços e usos da ciência. As medidas internacionais ajudam a evitar o perigo do uso ideológico da ciência e limitar os interesses econômicos que acompanham a pesquisa. Muitas áreas da pesquisa são de empresas privadas que escapam do controle das instituições públicas legais. Por exemplo, o bem da humanidade e de todas as formas de vida não é o principal interesse de muitos laboratórios da indústria farmacêutica. Querem, antes de tudo, o patenteamento dos resultados para obter o maior lucro possível com a exclusividade da produção.

Daí surge a necessidade de uma gestão ético-política da pesquisa, sobretudo em seres humanos, e da democratização universal dos resultados da pesquisa. Essa foi a atitude ética positiva adotada no final dos anos 90 à respeito do mapeamento do genoma humano. A comissão de cientistas, oficial e pública, chegou, ao mesmo tempo em que uma empresa particular, a Celera, ao resultado final,

publicando-o na Internet, à disposição da humanidade e não de uma empresa.

Portanto, ao sonho da modernidade de dominação da natureza pelo poder ilimitado da tecnociência contrapõe-se, paradoxalmente, a manipulação da pesquisa científica, hoje subordinada e cooptada pelos interesses econômicos e bélicos poderosíssimos.

Como contornar esses conflitos? Como equacionar lucratividade e bem-estar humano com meio ambiente necessários à expansão das formas de vida? Já aponteí acima o caminho da ética e ciência conjugadas com uma legislação mundial firme e compromissada. Embora em ritmo lento, há alguns passos já dados. Três são as pistas mais discutidas. A primeira sugere o princípio ético da Precaução (*Vorsorgeprinzip*), defendido primeiro por pensadores alemães nos anos 80. O princípio simplesmente propõe que se tomem as “medidas razoáveis” para diminuir a importância exclusiva da lucratividade na pesquisa e para reduzir seus riscos. Esse resultado seria alcançado pela tomada de consciência sobre as responsabilidades éticas da pesquisa em relação à vida, à humanidade atual, às gerações futuras e à biodiversidade. Para obter essa conscientização dos pesquisadores e das empresas seriam promovidos debates locais e internacionais. Esses debates resultaram, em 1982, na belíssima “Carta mundial sobre a Natureza”, que trata do meio ambiente, ecossistema, equilíbrio biológico, qualidade do ar e da água como “bens comuns da humanidade”. Como o princípio ético da precaução atua em um universo ainda incerto, um porvir com possibilidade de riscos hipotéticos e potenciais, aos pesquisadores se impõem o dever ético de tomar as “medidas razoáveis para limitar as chances de riscos”. É um esforço para criar uma consciência ética comprometida com a preservação da natureza atual e futura.

A segunda tentativa é a da prevenção dos riscos na pesquisa. O princípio exige o controle dos riscos já conhecidos, como foi, em 1986, o caso da usina nuclear de Chernobil. Há que se evitar, a todo custo, qualquer risco. Mas como criar um mundo sem risco? Não existe ato médico, pesquisa científica ou experiência tecnológica (um vôo espacial tripulado) com risco zero, mas os tecnóforos fazem do controle dos riscos um dogma ético irrecusável. É claro que essa segunda tentativa ética é inaceitável pela comunidade dos pesquisadores voltados para a criatividade e para o progresso tecnológico. Seria o abuso autoritário das normas de controle da pesquisa científica.

Finalmente, a terceira tentativa ética ganha espaço e credibilidade. Tenta conciliar, congregando os legítimos interesses dos cientistas e pesquisadores com as exigências de respeito à vida e à comunidade política. O que é bom para a ciência não é necessariamente bom para a sociedade e vice-versa. O duplo interesse, da ciência e da sociedade, não se excluem, pelo contrário, ambos querem o mesmo objetivo: criar melhores condições para os seres vivos com preservação do meio ambiente. Essa soma de interesses alcança-se pelo diálogo entre as partes nos comitês de bioética. Essa é a plataforma encontrada pelos cientistas e éticistas em todo o mundo. Muitos juízes já tomaram medidas legais que orientam o debate entre pesquisa científica e padrões éticos convenientes para toda a comunidade política. Sobre esse tipo de diálogo existem importantes documentos internacionais, como a Declaração de Helsinque e a Carta da Terra. Sobretudo a pesquisa sobre seres humanos obedece, no mundo inteiro, a padrões exigidos pelos comitês de bioética. Essas e tantas outras tentativas visam a conjugar a responsabilidade ética e política para criar um destino biológico e ecológico dignos da inteligência. Como se vê, essa terceira tentativa ética amplia a primeira, dando-lhe um caráter mais político.

A HISTORICIDADE DAS CIÊNCIAS E DA ÉTICA

Começamos com uma breve história do tempo. O tempo é o conceito mais importante da filosofia do século XX. Na verdade, não é um conceito novo, mas, antes, o resgate, a recuperação do conceito mais antigo da filosofia ocidental. Heráclito, por primeiro, entendeu o tempo como fundamento de tudo o que existe. Tempo é impulso, mobilidade, vida e logos-primordial. Podemos, então, imaginar, que “no início era o tempo e a vida”. Ou seja, a realidade é mobilidade e energia como hoje os cientistas comprovam pelo estudo do mundo subatômico. Retenhamos, pois, a grande intuição de Heráclito: “tudo se move como as águas do rio”.

Aristóteles, na Física e Metafísica, desclassificou essa ideia e elencou o tempo na lista dos acidentes, uma simples “contagem de movimentos locais segundo o antes e o depois”.

No século IV da Era Cristã, Santo Agostinho, no famoso livro XI das Confissões, questiona o conceito de tempo quando se pergunta: “o que Deus fazia antes da criação”. Como seria absurdo pensar um antes e depois

em Deus, Agostinho intuiu que o tempo é algo mais profundo e radical: “É a duração (*duratio*) das coisas criadas”; no homem, “tempo é uma distensão da alma” (*tempus est distentio animi*). Para Agostinho, portanto, o tempo é nosso próprio espírito que se distende em passado (memória), em futuro (*expectatio*), unidos na situação presente da vida de cada um. Ou seja, tempo é o acontecer de nossa vida e de todas as coisas: tudo está acontecendo como tangido por um impulso vital primordial.

Essa grande ideia perdeu-se de novo com o advento da escolástica na Idade Média, especialmente no século XIII com Santo Tomás de Aquino, que voltou ao conceito aristotélico, que considera o tempo uma mera contagem de movimentos.

Mas, como diz Heidegger, a intuição “filosófica original não morre, mas se oculta por um certo período”. De fato, foi preciso esperar o século XX para que a filosofia voltasse à intuição agostiniana e heraclitiana do tempo. A mais famosa obra filosófica do século passado foi publicada em 1927 por Heidegger sob o título: “Ser e Tempo”.

O título do livro é também uma epígrafe que quer dizer: tudo o que existe é temporal; a existência é um processo, um modo de acontecer e durar. “Temporal” significa, pois, que uma “coisa é, e dura”, é um “processo de temporalização”. Então, o antes e o depois tomista e aristotélico é o tempo ordinário, a contagem do calendário: antes é janeiro, depois, fevereiro, junho e dezembro; é assim que contamos os séculos e “nossos longos ou curtos anos”. O tempo originário, pelo contrário, é impulso primordial, vida, movimento, logos.

O resgate desse conceito fundamental deu enorme dinamicidade à filosofia fenomenológica e existencial: ganhou o apoio dos cientistas que entendem o mundo subatômico como energia; também ganhou o apoio de alguns setores da teologia que, à luz do tempo, interpretaram doutrinas transmitidas como dogmas fixos. Em uma palavra, o tempo deu plasticidade a todas as formas de saber: ajudou-as a sair do fixismo.

DETALHAMENTO DA TEMPORALIDADE

Portanto, tempo é a duração, a permanência das coisas na existência que registramos no calendário e dizemos que tal pessoa durou, viveu 20, 50, 80 e 100 anos. A fenomenologia considera três grandes momentos do processo temporal: o tempo originário, o tempo histórico e o tempo teleológico.

O tempo originário é inacessível a qualquer modo de saber: arcano e misterioso, só é acessível por hipóteses, imaginações e narrações. As mitologias antigas acederam ao tempo das origens por meio de narrações muito lindas e imaginosas do começo do mundo e da vida. As teogonias estão longe de ser um saber falso, superado e sepultado. Ainda hoje, elas ajudam cientistas e filósofos. A seguir, a metafísica grega penetrou no tempo arcano pela teoria da matéria e da forma. Isto é, todas as coisas naturais descendem de um princípio negativo e de outro, positivo. O primeiro é o princípio da indeterminação: é caótico; o segundo é o princípio da determinação, da especificação e da ordem das coisas. Todos os seres naturais surgem, portanto, do caos material e da ordem formal. Todos descendemos da mesma matéria, o mineral, o vegetal e o animal, o homem e os deuses. Nossa diferenciação vem da forma ordenadora; assim, o mineral é matéria inerte, o vegetal é matéria vivente, o animal é matéria sensitiva, e o homem é matéria pensante (*res cogitans*, de Descartes). Somos matéria da espécie pensante. Os deuses são formas puras (sem matéria). É assim que Aristóteles, na Física e na Metafísica, “explica” a origem do Universo.

As grandes religiões acedem ao tempo originário através da palavra de seus profetas que falaram em nome da divindade. Exemplo marcante é a primeira página da Bíblia, que descreve como Deus criou o mundo, todas as formas da vida e de suas inúmeras espécies. Entre essas criaturas, o homem mereceu destaque particular, porque, foi feito com muito cuidado, “feito à imagem e semelhança de Deus”. Foi posto como guardião desse mundo paradisíaco com a missão de “se multiplicar e dominar a terra e todos os animais que nela vivem”, mas esse projeto divino fracassou, pois, ao tentar igualar-se a Deus, o homem foi punido, expulso e condenado a nascer ignorante, inclinado aos erros e vícios; só com muito esforço conseguirá algum conhecimento, por tentativas e erros.

A ciência moderna não oferece uma explicação do mundo originário mais convincente e evidente que as anteriores. Ela também procede por hipóteses. Sendo a mais recente a do Big Bang. Teria havido uma grande explosão inicial que foi se ordenando ao longo de milhões de séculos até ganhar a ordem atual. Com essa hipótese, puderam ser explicados muitos fenômenos da natureza que as teses anteriores não puderam explicar.

Portanto, sobre “as coisas” do tempo originário não temos nenhuma evidência, mas apenas narrações míticas,

teorias metafísicas, narrativas proféticas e hipóteses científicas. Nós, que vivemos no tempo histórico, tentamos lançar um olhar, pelo menos imaginativo, para dentro do mundo obscuro do tempo originário, donde todas as coisas descendem.

O tempo histórico são os milênios que medeiam entre a origem e o telos cósmico. É nesse espaço que se situa nossa ciência física, filosófica, religiosa e histórica. São nossas principais maneiras de entender a matéria, a vida, as peripécias da história humana e as confissões religiosas. No tempo histórico, sabemos um pouco mais e mais claramente do que no tempo originário, mas também aqui não temos o saber consumado e definitivo de nada, de nenhum setor da realidade. É isso que dinamiza a pesquisa: saber sempre mais, fazer mais claridade, ir sempre mais a fundo no conhecimento do mundo físico, biológico, histórico, religioso e filosófico. O saber enfrenta as limitações de cada um de nós e a infinitude do universo. As evidências de hoje servem apenas para avançar mais na pesquisa da obscuridade que ainda resta pela frente. Não temos, portanto, nenhum saber pleno, completo e definitivamente acabado. Um saber desse tipo seria confissão de não saber: um dogmatismo verbal, sem conteúdo real.

Por que não podemos construir um saber definitivo? Porque a existência, o ser, a realidade é tempo, é mobilidade, é instabilidade pura. Diz a sentença de Heráclito: “nenhum homem molha-se duas vezes no mesmo rio”. A correnteza na qual me molho nesse instante já avançou para o momento e lugar seguinte. Assim é a existência: o fluir das coisas. Nosso saber nunca levantará uma barreira tão forte e alta que represe o fluir do existir da realidade. Por isso, além dos limites do homem e da infinitude da tarefa, é preciso nunca esquecer que estamos no tempo histórico, o mais radical dos limites, porque é ontológico: no sentido do fluir; ele avança sempre para frente, para o futuro; o tempo é mobilidade que desestabiliza todas as nossas construções doutrinárias, os dogmatismos filosóficos, religiosos e científicos. Aplicando essa dimensão ontológica do tempo às ciências: a física e a química nunca acabarão de nos explicar a composição, a dinâmica e o que as coisas são. A pergunta “o que a coisa é”, que pertenceu por 25 séculos à metafísica, hoje, pertence à física e à química, ciências que estão sempre se refazendo após novas descobertas da comunidade científica.

A dinamicidade da ciência experimental é mais evidente na biologia, que estuda o fluir da vida. É nas for-

mas da vida que se mostra a torrente da existência. Como pôde surgir a vida da complexidade da realidade física e química? Que é finalmente a vida? Existirá em outros planetas alguma forma de vida? São perguntas para muitas gerações de teóricos da biologia. Enfim, a física, química e biologia são ciências experimentais; tratam do mundo físico e de suas leis. Este é seu limite: o mundo físico e o biológico, com suas leis.

A história é ciência documental. É o setor da ciência que se ocupa das “peripécias” humanas, das tramas políticas e práticas sociais ao longo dos séculos. Sua cientificidade está na credibilidade dos documentos. Quanto mais próximos dos acontecimentos maiores são as probabilidades de serem corretos. Permanece, entretanto, na obscuridade a interpretação do conjunto dos fatos de uma época, de um século e de um milênio. Muitos historiadores e filósofos da história tentaram encontrar um fio condutor que estabeleça um pouco de ordem e coerência nos fatos da história humana, que avança dialeticamente, com contradições, alternando momentos de grandeza e prosperidade com épocas de decadência e miséria. O estudo da arqueologia dos acontecimentos humanos ajuda às novas gerações a projetar o seu futuro. Por isso, a história é Mestra da vida, diziam os antigos sábios. Os acertos e erros passados projetam alguma luz, alguma orientação para os novos tempos. Por exemplo, a Revolução Francesa não é um fato perdido lá atrás; pelo contrário, ela continua desdobrando-se hoje em novas liberdades, direitos e configurações políticas. Por isso, a Revolução Francesa não tem uma explicação cabal, mas é entendida sempre de outro modo.

A filosofia é uma ciência sapiencial ou a ciência da globalidade, do sentido profundo do mundo, do homem e da história. Enquanto a ciência, a biologia e a história humana se ocupam de setores da realidade, a filosofia trata dos fundamentos e significado de tudo isso em conjunto. É o amor da sabedoria, da sapiência como busca das primeiras causas e fins últimos do universo. Essa busca, nem certa e nem errada, é uma interpretação do sentido das coisas visíveis e invisíveis, das coisas do tempo originário, histórico e teleológico. Portanto, as teorias filosóficas não são verdadeiras e nem falsas, mas são coerentes ou incoerentes, mais ou menos abrangentes de todo o existir cósmico. Nesse sentido, Platão e seu discípulo Aristóteles nos brindaram com as teorias mais abrangentes até hoje produzidas. Nos tempos modernos, a teoria da história de Hegel é apenas um eco daquelas dos mestres gregos.

Outra ciência sapiencial é a fé como adesão confiante à palavra dos profetas. A teologia nada mais é que uma interpretação humana dessas palavras. As teologias constroem sistemas dogmáticos, morais e celebrativos para as comunidades que cederem a essa ou àquela fé. Essa é sistematizada em religião pela autoridade dos teólogos e dos chefes religiosos. Portanto, as religiões nada têm de divino, mas são sistematizações teóricas e culturais da fé na palavra profética. Dessa forma, a teologia não tem mais peso e autoridade que as ciências, a história e a filosofia. É um discurso em pé de igualdade. Também, na teologia *tantum valent auctoritates quantum argumenta*. Em conclusão, as ciências sapienciais, filosofia e teologia, são teorias que vão e vêm, que ora se aproximam e ora se afastam da interpretação do mundo e da história. Heidegger, e antes dele Nietzsche, propunha a “destruição destes castelos doutrinais”. “Destruição” não quer dizer “incendiar” o passado, mas sim “reinterpretação” e re-leitura da metafísica e da teologia à luz dos avanços atuais do saber humano. Heidegger desenvolve amplamente essa ideia em “Ser e Tempo” e na conferência “O fim da filosofia”. No mesmo sentido, refere-se à teologia em várias passagens de suas obras. Não se trata de “decretar” a eliminação do saber sapiencial, mas pensá-lo à luz das realidades contemporâneas.

Finalmente, a terceira dimensão de tempo é a teleologia. É o tempo da realização do processo histórico em uma dimensão para além da continuidade temporal: uma realização absoluta, final e feliz ou não. Segundo Santo Agostinho, seria “a posse simultânea e perfeita da vida interminável”, que corresponde ao conceito de eternidade. Mas, antes disso, a teleologia na história. Para Aristóteles, o *telos* do homem é a “felicidade numa sociedade justa”. Essa é a meta da história para ele: a plena realização do ser dotado de razão. O Universo existe em função desse supremo momento. Para além, nada há. É sabido que para os gregos o mundo é eterno e roda sobre si mesmo desde sempre. Quando chega à plenitude, ao *telos*, acaba para voltar a ser o “Mesmo” alguns milênios depois, 10 ou 12, conforme as teorias: é o eterno retorno. Os mitos e a filosofia platônica tratam amplamente da teleologia do mundo e, especialmente, do tipo de vida que o homem levará no Tartaro durante os milênios de espera para retornar ao mundo histórico.

Na teoria cristã, o tempo é linear, e acontece uma só vez. O *telos* é trans-histórico e é tão obscuro quanto o

tempo originário. Dele nada sabemos que possa ser aceito pelas ciências do tempo histórico. Nesse “lugar” trans-histórico a teoria cristã situou o Julgamento, seguido da condenação para os que viveram injustamente no tempo, e da eterna felicidade para os justos. Disso tudo, não é possível nenhuma ciência, mas só crença. Reflexões filosóficas são possíveis. Por exemplo, o princípio de tudo é também o fim de tudo; o alfa é também o Omega, pois entre esses dois pólos não há intervalo. Se o existir é duração (impulso e vida), então ele está presente por igual, no início e no fim. O início é também o fim pois o universo é existência fluindo. Na teoria platônica, o fluir da existência continua no tempo teleológico, e seu destino é retornar ao tempo histórico. Na teoria Cristã, o existir teleológico não voltará, mas continuará na fonte divina, que o criou, e à qual ele voltou. Tudo isso, diz S. Paulo, “é visível como enigma”, como “num espelho deteriorado, ofuscado”.

IMPORTÂNCIA E LIMITES DA CIÊNCIA

Em conclusão, nossa ciência no espaço temporal é pouca, nada evidente, nada estável; sobretudo, nada sabemos de preciso à respeito das perguntas mais radicais: a origem e o fim do universo, da história e do ser humano. Isso não justifica atitudes pessimistas, pelo contrário, nossas ciências temporais fazem sempre mais luz sobre o enigma do mundo. Em milênios passados, tudo atribuímos aos “mistérios divinos”, desde os trovões até às origens e transmissão da vida. Hoje, esses mistérios diminuíram muito e sabemos que recuarão cada vez mais. Alcançaremos “a sabedoria da ciência do bem e do mal” como a serpente prometeu a Adão e Eva? Não, apenas esperamos decifrar a “linguagem da divindade” pela análise científica do mundo físico, biológico e pela interpretação do sentido da história.

Uma especial reflexão merece o domínio da ciência, hoje em evidência máxima. Nós vivemos no tempo da aliança da pesquisa científica com a produção tecnológica que transformou o mundo natural e fabricou uma variedade infinita de objetos, máquinas e instrumentos que vieram melhorar a qualidade da vida do ser humano. Por exemplo, a sociedade passou do telefone fixo ao celular, da televisão ao computador. Tudo isso criou uma imensa rede de comunicação, que fez do mundo uma aldeia pequenina na qual todos podem saber tudo o que nela se

passa. Nem falemos dos avanços na biologia que alongou bastante a vida do ser humano com conforto, qualidade, boa saúde e mil facilidades, como as centrais nucleares que iluminam cidades e países. Nem sempre foi assim. No início, a física nuclear nada tinha de prático; era física fundamental, teórica. Há apenas 200 anos, a tecnologia fecundou esses conhecimentos produzindo todas essas utilidades e facilidades. Tudo está ainda no começo. A física teórica tornou-se útil ao homem especialmente no século XX; o século XXI promete avanços espetaculares, sobretudo na biologia.

Há que considerar o lado sinistro do casamento da teoria com a tecnologia que resultou em armamentos atômicos, um efeito perverso e contrário à intuição inicial. Daí a necessidade da vigilância em escala mundial para garantir a aliança entre ciência, ética e legislação planetária. Todo esse progresso será excelente se o homem for referência, a intenção primeira, a finalidade desse processo, pois a tecnociência existe para servir à vida e ao meio ambiente e nunca vice-versa. Essa intenção ética será mantida com o apoio de outros saberes históricos, as filosofias, a ética, a história e as teologias.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Aristóteles. *Ética a Nicomaco*. São Paulo: Martin Claret; 2002.
Heidegger M. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes; 1994.
Santo Agostinho. *Confissões*. Porto, Portugal: Apostolado da Imprensa; 1981.
Sartre J-P. *L'être et le néant*. Paris: Gallimard; 1994.
Singer P. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes; 1994.
Sen A. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.
-

Recebido em: 5 de outubro de 2009.
Aprovado em: 25 de novembro de 2009.